



SOB O SIGNO DA VIRTUDE INDOLENTE E EM BUSCA DA FIDALGUIA: RETRATO DO COTIDIANO CIDADINO COLONIAL

Felipe Pedrosa Aretakis¹

RESUMO

O presente artigo procura explorar, utilizando a História das Mentalidades, a temática da presunção de fidalguia, fato que se destaca no inconsciente das populações urbanas, desde os tempos da colônia, chegando até os dias de hoje. Essas práticas e representações, estabelecidas no imaginário social, procuravam burlar uma rígida hierarquia numa busca incessante por prestígio, privilégio e poder. Para tal, buscava-se na posse do escravo, a fonte por excelência da representação do poder, uma vez que, ter cativos conferia ao senhor, diante dos olhos alheios, símbolo de abundância e luxo, dignos da mais longeva nobreza portuguesa que, avessa ao trabalho manual, cultivava uma vida de opulência e ócio nas principais províncias colônias.

Palavras-chave: Representação coletiva. Privilégio. Escravidão. Indolência. Fidalguia.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de estudo a presunção de fidalguia, fato presente no comportamento dos habitantes dos centros urbanos, herança de um passado colonial, utilizando para isso a observação de cronistas e viajantes que estiveram no Brasil, entre os séculos XVII e XIX, especificamente na Capitania e, posterior, Província de Pernambuco. Duas fontes nos serviram de base para nossa discussão aqui engendrada: uma Carta de Duarte Coelho Pereira (1549) e um Requerimento do Bispo de Pernambuco, D. Manoel Alves da Costa (1725). A metodologia utilizada teve como base a História das Mentalidades, pautando-se em teorias da Sociologia e da Antropologia modernas, as quais nos ajudaram a entender tal abordagem como uma representação do coletivo, não apenas como uma forma simplista de uma história desencarnada, presa a esfera do subjetivo impessoal, como os críticos gostam de observar, mas dentro de uma conjuntura social, a partir de personagens bem definidos, ao qual a aspiração à opulência tem uma função, destarte, a aquisição de poder pelo reconhecimento dos signos que elevam o indivíduo na hierarquia social. Esta mesma temática já fora abordada na obra, *O Teatro dos Vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*, da autoria de Emanuel Araújo, cuja excelência me serviu de inspiração e lastro, no presente artigo. Para efeito de clareza, o mesmo apresenta-se dividido em tópicos.

¹ Graduando do 8º período do bacharelado em História da Universidade Federal de Pernambuco 2011.2; felipearetakis2@gmail.com.

A CAPITANIA DE PERNAMBUCO SOB A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA

A Capitania de Pernambuco, inicialmente denominada de Condado, e a partir da instalação do Governo Geral, chamada de Província de Pernambuco, fazia fronteira ao norte com as terras da Paraíba, Ceará, e Piauí, ao centro, era banhada pelo Rio São Francisco, que separava as terras do, então Donatário Duarte Coelho, das terras de Sergipe e da Bahia, mais ainda, o Carinhanha, que desenhava os limites entre Pernambuco e Minas Gerais, e que ao poente fazia fronteira com as terras de Goiás e ao nascente faz fronteira com o Mundo Atlântico, marejando-lhe com cerca de setenta léguas de costa, desde o Rio São Francisco até o Rio Goiana.

Posto seus limites fronteiriços e voltando-se para dentro destes, cabe agora mostrar sua subdivisão interna a qual começamos pelo Rio Pajeú, que sai da Serra dos Cariris, e deságua no Rio São Francisco e que a divide em duas partes, oriental e ocidental: este último forma uma comarca ou ouvidoria, que abarca ainda uma grande porção da oriental, cuja beira-mar é dividida em três: setentrional ou de Olinda, média ou de Recife, e meridional ou das Alagoas, cujos limites comuns estão em proximidade do Rio Una, que por sua vez, sai doze léguas ao sul do Cabo de Santo Agostinho, conforme especificação da Corografia Brasílica.

A Província de Pernambuco estava situada entre os sete e os quinze graus de latitude meridional, o clima era cálido e o ar puro. As terras dispostas à beira-mar eram baixas, com grandes extensões fecundas e regadas por muitos rios perenes. No interior da capitania, a diversidade topográfica ressalta sua beleza, em parte formadas por montes, planaltos, várzeas e brejos. A peculiaridade da escassez d'água castigava toda extensão denominada, hoje de sertão, uma vez que mesmo quando encontrada apresentava-se rara e impura, costumeiramente preservada em cacimbas ou poços.

A partir desta perspectiva geográfica e de muito mais afamada beleza, por sua flora e fauna, típico dos trópicos, que Duarte Coelho Pereira, em prêmio por ter expulsado os franceses do Rio de Santa Cruz, obteve a Capitania de Pernambuco, em 1534, a qual passou a povoar com sua mulher e várias famílias, além de compadrios, no ano seguinte.

DA VISÃO EDÊNICA AO CONTATO ETNOCÊNTRICO

A Nova Lusitânia apresentava-se para o povo português, e em maior escala, para a civilização (cultura) europeia da época, ou seja, nos idos do século XVI, como a visão de um paraíso antes apenas imaginado, circunscrito à mente daqueles homens, mas que, a confirmação do ‘achamento’ do Novo Mundo materializava-o em sua mais alta perfeição.

A carta de Pero Vaz é reveladora de tal espanto e admiração por tão vasta terra e tão vasta riqueza natural. Dotada de uma variedade biológica nunca antes vista, a Nova Lusitânia, parecia intocável e virgem.

Entusiasmo cênico à parte, logo tomaram contato com a civilização (cultura) autóctone ou nativa, cuja imagem da persona fora de imediato julgada como inferior, fazendo jus ao *falso evolucionismo*, típico do pensamento acerca de culturas cumulativas, a qual enxergava no desconhecido, por não haver significação com aquela, uma cultura estacionária ou primitiva, consoante teoria antropológica de Claude Lévi-Strauss.

Berço do etnocentrismo moderno, a falta de conhecimento da diversidade cultural no mundo, fora aflorada pelo desbravar do atlântico e seus limites territoriais, tais como, os continentes africanos e americanos.

Os nativos da Nova Lusitânia, alheios ao sistema político-econômico e temporal (calendário) dos europeus e ao mercantilismo, viviam suas vidas seguindo um ritmo diferente, na qual a subsistência fazia-se lei, baseados em seus preceitos ritualísticos e ancestrais. Este cotidiano romântico, que encontrava aporte na ideia da filosofia inatista do iluminista Rousseau (*O Bom Selvagem*), fora atropelado pela mentalidade europeia dando início ao estigma da índole preguiçosa do povo brasileiro.

A FIGURA DO SENHOR DE ENGENHO

Passados os primeiros anos de grande exportação do pau de tinta, pau-brasil, que dava aos montes por toda a costa brasileira, fazia-se necessário montar algum empreendimento mais lucrativo e que suprisse com maior folga as necessidades dos senhores aqui instalados e ao mesmo tempo completasse a economia de Portugal, dependente do bom funcionamento do Mercantilismo (*Pacto Colonial*).

Capitanias concedidas e donatários escolhidos, o projeto era ocupar definitivamente a terra recém ‘achada’ com o maior número possível de desbravadores aptos a administrarem-



na. O sistema escolhido para tal empreendimento foi a plantation da cana-de-açúcar, anteriormente já estabelecida nas ilhas dos Açores e Madeira.

Desta forma, põe-se em evidência a figura do Senhor de Engenho, uma espécie de senhor feudal, que por sua importância e poder representava nas terras distantes da Nova Lusitânia a autoridade do monarca português. Esta acumulação de funções lhe conferia respeito e status de fidalguia, pois que eram donos dos maiores lotes de terra (*latifúndio*) e dos maiores lócus de produção econômica da época, o Engenho.

Para Andreoni, 1711,

O ser Senhor de Engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser Senhor de Engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino. (p. 139).

Em torno do Senhor de Engenho e sob sua tutela e serviço estão os escravos, barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores, ou seja, para manutenção do senhor e dos seus negócios, havia uma grande chancela de serviços, das mais variadas atividades mecânicas. Em fins do século XVI, quando da chegada dos africanos, a operação da lavoura de açúcar, passa a ser imputada aos negros, personagem da mais pura opressão colonial.

Segundo informação de Andreoni, 1711,

Toda a escravaria (que nos maiores engenhos passa o número de cento e cinquenta e duzentas peças, contando as dos partidos) quer mantimentos e farda, medicamentos, enfermaria e enfermeiro; e, para isso, são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca. Querem os barcos valame, cabos, cordas e breu. Querem as fornalhas, que por sete oito meses ardem de dia e de noite, muita lenha;(...). (p. 140).

Neste cenário em que Senhores e Escravos são os grandes atores sociais, numa rigidez de papéis, tanto para os que são oprimidos, quanto para os que são opressores e detentores de grande cabedal, resta-lhes o privilégio da pompa e opulência, mais tarde, esmero de todo aquele que vivia na cidade. Grande destaque no começo da colonização foi o donatário Duarte Coelho Pereira, da Capitania de Pernambuco, que, investido do espírito de Senhor ao qual lhe fora concedido, conforme a carta de posse dada por El Rei, em várias cartas, felicita ajuda para que os posteriores que aqui venham se instalar não entrem em suas terras, pois que tal fato, não o deixará acontecer sendo de melhor interesse que Vossa Alteza o ajudasse nas despesas da terra. Por meio da interpretação de dois trechos da Carta enviada em 1549, por Duarte Coelho a El Rei, é fácil constatar que a distância da imagem do Rei e a falta de



controle por instituições reais faziam dos donatários verdadeiros monarcas em terras colonizadas, tal é a autonomia e autoridade do reclamante. (Carta de Duarte Coelho, 1549, L. 52-58 / 75-97).

ESCRavidÃO: O MAL DOS TRÓPICOS

O determinismo geográfico e o preconceito etnocêntrico fizeram parte das análises mais freqüentes nos relatórios e observações dos mais variados viajantes que aqui estiveram. Tomados pela idéia simplista da caça abundante, peixes aos montes, terra fértil, boas águas, bons ares, por que então trabalhar? Esta era uma das explicações, ou neste caso, a causa da preguiça dos habitantes do Brasil, e não estamos falando aqui dos índios, sob os olhos de Vilhena, de passagem pelo país em meados do século XIX. O estigma do ‘berço da preguiça’ ou da ‘indolência tropical’.

Segundo, vários relatos de viajantes estrangeiros, parece que a população urbana das principais províncias do Brasil haviam sido tomadas pelo horror ao trabalho, uma espécie de ojeriza ao trabalho mecânico. “Em 1808, John Luccock, estranhava que os artífices brancos se considerassem todos fidalgos demais para trabalhar em público, e que ficariam degradados se vistos carregando a menor coisa pelas ruas, ainda que fossem as ferramentas do seu ofício”. (Araújo, 1993,p.84).

Essa mentalidade estava disseminada entre toda a hierarquia social da época, perfazendo um inconsciente coletivo o qual, como menciona a teoria durkheimiana, fazia sobre os indivíduos uma enorme pressão, uma vez que, o sujeito alheio a esta postura era tratado como um subalterno, submisso, desprezado.

Obedecendo a essa linha comportamental os cidadãos, pequenos comerciantes e lavradores, entre alguns outros artífices, respondiam no conjunto social com a indolência, transformada naquela sociedade em virtude. “Na primeira década do século XIX, Thomas Lindley, em Salvador, estranhou o costume, comum a ambos os sexos, de deixar crescer a unha do polegar ou do indicador (às vezes de ambos) até chegar a um comprimento horrível”. (Araújo, 1993,p. 85). Este viajante chegou a conclusão de que as unhas demasiado compridas eram um sinal (símbolo) de natural indolência, ou seja, de pessoas despreocupadas com o trabalho. A maior explicação para tal comportamento era a Escravidão, pois os negros eram

os grandes responsáveis por todo trabalho mecânico e pesado que houvesse, não querendo aqueles se igualar a estes, conforme observação dos estrangeiros.

Para se chegar ao mais alto patamar da engessada hierarquia social da época, era natural que muitos destes pequenos comerciantes, lavradores e artífices comprassem escravos para que lhes representassem em seus serviços, eximindo-os do trabalho pesado e oferecendo tempo suficiente para desfrutar e ostentar o luxo. Muitos desses escravos eram usados por seus senhores como escravos de ganho, uma categoria muito interessante de exploração do trabalho. Havia também uma constante associação dos cargos públicos, sacerdotais e do conhecimento bacharelesco com a ascensão social, o que de fato era verdade não mais pelo trabalho em si, mas sim, pelo privilégio o qual somava aos olhos dos outros. Como exemplo, temos o Requerimento expedido em 1725, pelo Bispo D. Manoel Alves da Costa, de Olinda, a Vossa Alteza pedindo, por graça de Deus e do senhor Rei, mercê para concerto e reparação de sua residência a custa da fazenda real. (AHU_ACL_CU_015, Cx. 31, D. 2800).

PRESUNÇÃO DE FIDALGUIA: PAVONEANDO OPULÊNCIA

Antes de qualquer coisa, é necessário fazer entender a noção de ‘representação’ a qual associa os personagens presentes do período analisado e, que neste artigo põem-se em evidência. O sentido o qual tomei como categoria da ‘representação’ é aquele em que se dá a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado, ou seja, a ‘representação’ é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente, através da sua substituição por uma imagem capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo tal como ele é, conforme menciona o dicionário de Furetière.

Mais do que ter dinheiro, casas, terras e escravos, os artífices teriam que ser reconhecidos e admirados como pessoas de fino trato aos olhos da camada mais abastada da sociedade, aquela a qual esmeravam participar. Por isso, alardear amizades influentes, vestir-se com esmero, falar bonito, pavonear opulência e, se possível, exibir boa árvore genealógica, mesmo que não fosse verídico, dava uma maior importância aos cidadãos.

Aqueles que podiam sair às ruas com maior número de cativos, todos apresentando boa aparência, bem nutridos e bem vestidos, arrancavam maior número de olhares e comentários sob sua abastança, o que lhes conferia enorme prestígio social frente aquela rede

de representações que foi a sociedade colonial e imperial. No final do século XVIII, Vilhena observava sobre as mulheres que saíam com seus escravos

“Se apresentavam com as mulatas e pretas vestidas com ricas saias de cetim, becas de lemiste finíssimo e camisas de cambraia ou cassa, bordadas de forma tal que vale o lavor três ou quatro vezes mais que a peça; e tanto é o ouro que cada uma leva em fivelas, pulseiras, colares ou braceletes e bentinhos que, sem hipérbole, basta para comprar duas ou três negras ou mulatas como a que o leva: e tal conheço eu que nenhuma dúvida se lhe oferece em sair com 15 ou vinte assim ornadas. Para verem as procissões é que de ordinário saem acompanhadas de uma tal comitiva.” (Vilhena apud Araújo, 1993. p. 101).

Essa postura de alinhamento da vestimenta, tanto dos escravos quanto dos senhores, fora tão forte que fez incentivar o aumento das importações de fazendas e aviamentos para a colônia, em meados século XVIII. Outra conduta que demonstrava tamanha importância por parte de quem a praticava era fazer-se transportar em redes, posteriormente, em cadeiras e palanquins. No que tange a este fato exponho a observação do inglês John Luccock, no Rio de Janeiro, cujo depoimento relatava que essas cadeiras

“consistem numa poltrona de encosto alto, com um repouso para os pés e um baldaquim; neste último acham-se pregadas cortinas de pano azul, orladas com uma cor alegre e mantidas cerradas enquanto a máquina passa pela rua, a fim de esconder do público a altiva ou aperreada dona. Isso tudo vai suspenso a um longo pau, entre dois pretos que o sustentam nos ombros.” (Luccock apud Araújo.1993. p. 103).

Em prol dessa representação ou tentativa de afirmação de poder, calcada basicamente no domínio escravo e na ojeriza ao trabalho, criou-se um mecanismo simbólico, disseminado pelo inconsciente coletivo, o qual buscava na projeção de vestimentas, ornamentos, comportamentos e dominação escrava a ascensão social, analisado neste artigo, não sendo tal mentalidade restrita apenas a uma parte da sociedade, uma vez que, tal comportamento habitava a mente até dos próprios escravos, que, não podiam apenas serem livres, mas, forçados envidar todo esforço no sentido de adquirir um irmão de cor que pudesse suprir, como negro de ganho, as necessidades do seu novo dono. Dessa forma o alforriado podia ostentar diante da sociedade o status de fidalguia e a opulência tão almejada e eternizada pelo convívio dos castelos e Côrtes medievais.

CONCLUSÃO



Suscitando um projeto que trabalhasse na área das Mentalidades, operação um tanto quanto difícil, e deixando à parte, a herança da historiografia essencialmente estruturalista, nos debruçamos sobre a temática da presunção de fidalguia, observada desde o período colonial até o tempo presente, valendo ressaltar a falta de análise mais densa desta mesma temática na modernidade, justificando que este recorte merece uma produção futura, objetivando a obra Jean Baudrillard, Simulacros e Simulação. Conforme, a tradição da primeira geração dos Annales, a história de longa duração e o posicionamento multidisciplinar, empreendemos esta pesquisa com ajuda de leituras no campo da Sociologia e da Antropologia, como fica evidente no desenvolvimento do texto; serviram-nos de sugestão, o livro do historiador Emanuel Araújo, Teatro dos Vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial, que em toda sua destreza narrativa e capacidade de pesquisa histórica, facilitou nossa compreensão a respeito do fenômeno, posto aqui em análise.

REFERÊNCIAS

Araújo, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1993.

Andreoni, João antônio. **Cultura e opulência do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Roteiro do Brasil, 1711.

Casal, Manuel Aires de; **Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

Chartier, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Memória e Sociedade. Difusão Editorial, 2002.

DOCUMENTO 2800 – 1725, MARÇO, 4. (AHU_ACL_CU_015, Cx.31, D. 2800).

Durkheim, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

Strauss, Claude Lévi; **Antropologia estrutural dois**. 4 ed. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro LTDA, 1993.

De Mello, José Antônio Golçalves; De Albuquerque, Cleonir Xavier. DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DO NORDESTE II. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**: Carta de Duarte Coelho Pereira, 1549(a) – PARTE 1, MAÇO 82, DOCUMENTO 88.